

Conselho constrange o Congresso, avalia Péres

Para senador, reformas devem ser discutidas no Legislativo e não é preciso mudar regras

JAMES ALLEN

BRASÍLIA – O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é inútil e está assumindo funções que são do Congresso. Não vai resolver o problema da reforma tributária e é dispensável na aprovação da reforma da Previdência. O diagnóstico é do senador Jefferson Péres (PDT-AM), integrante da base governista no Senado.

Péres acredita que o Congresso tem todas as condições de realizar os debates para fazer as mudanças de que o País precisa, sem necessidade do conselho. Ele também é contra mudar as regras de tramitação das emendas constitucionais para acelerar sua aprovação, como chegaram a defender, na semana passada, o presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), e o do Senado, José Sarney (PMDB-AP). A seguir, os principais trechos de sua entrevista:

Estado – O que o senhor acha do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que vai apresentar propostas para as reformas previdenciária e tributária?

Jefferson Péres – Acho que o governo está criando uma instância desnecessária. E vai se transformar num local de discussão inócua, gerando muito calor e pouca luz. E isso deveria ser feito pelo Congresso. O escoadouro das demandas da sociedade é o Congresso. Criaram um conselho que além de ser desnecessário pelo seu tamanho – quase uma centena de pessoas – evidentemente não terá funcionalidade. Além de já ter nascido polêmico, porque tem uma representação distorcida, com grande predominância de um setor, que é a indústria, e de um Estado, que é São Paulo, isso já cria resistências na sociedade contra ele. Acho que o governo errou e devia recuar. Qual é a utilidade desse conselho? Eu não vejo nenhuma.

Estado – O senhor acha que o conselho cria constrangimento ao Congresso?

Péres – Tem esse inconveniente de criar um certo constrangimento ao Congresso dizendo “isso já foi discutido, isso é um somatório das demandas da sociedade, porque no conselho pessoas de várias regiões estão representadas”. Então o Congresso ficaria quase compelido a aceitar aquilo.

Estado – O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), diz que a

maior presença de São Paulo no conselho se deve ao peso que o Estado tem na economia. O senhor concorda?

Péres – O Mercadante é paulista, né?

Estado – Sindicalistas reclamam que a maioria de empresários pode prejudicá-los nas questões trabalhistas. O Congresso pode oferecer mais equilíbrio entre as forças da sociedade?

Péres – O Congresso oferece mais equilíbrio porque, além de realizar audiências públicas onde todos os segmentos são ouvidos, é muito pressionado. Quando matéria polêmica está em tramitação, além das audiências formam-se lobbies que procuram senadores, deputados, pressionam, encaminham suas reivindicações, objeções e isso não acontecerá nesse conselho, não é? O Executivo deve formar um grupo de trabalho, elaborar a sua proposta e deixar com o Congresso.

Estado – Defensores do conselho dizem que a França tem um como este há 50 anos e funciona muito bem.

Péres – Não vejo isso. Sou cético em relação a essas instâncias paralelas. O que o Executivo deve mandar para o Congresso são propostas tecnicamente bem elaboradas, para que o Congresso decida politicamente, como escoadouro das demandas sociais. Não vejo necessidade nenhuma desse conselho.

Estado – A idéia é apresentar propostas ao Congresso, não concorrer com ele...

Péres – O conselho vai municiar o Executivo com quê? Para quê? O que se vai discutir nesse conselho que não seja discutido no Congresso?

Estado – O conselho é apresentado também como forma de superar impasses que impediram a aprovação da reforma da Previdência e tributária. O que é preciso fazer para superá-los?

Péres – O grande problema da reforma da Previdência é com os servidores públicos. Os direitos adquiridos existem sim e têm de ser respeitados. O grande problema é encontrar a chamada regra de transição e assegurar a universalidade. O próprio Congresso resolve. Quanto à reforma tributária, sou favorável a mudanças pontuais, porque uma abrangente e profunda reforma tributária é impossível. Todos querem uma desde que os outros percam, menos eles. Nunca haverá unanimidade na reforma tributária, de forma alguma. O governo está à espera de uma reforma que tenha unanimidade. Pode passar por dez conselhos que não consegue. (Agência Estado)

PARA ELE,
NÃO HAVERÁ
CONSENSO
NA DISCUSSÃO